



**Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional**

DISCIPLINA

DIREITO EMPRESARIAL CONSTITUCIONAL

Prof^ª. Dra. Marcia Bataglin Dalcastel

Mat. SIAPE 1929978

Niterói – RJ
2018

EMENTA:

A disciplina “Direito Empresarial Constitucional” tem por objetivo abordar as questões empresariais sob o prisma do direito constitucional e com foco no contexto do direito comparado da América Latina. A ideia central é discutir o papel do estado empresário, destacando os meios pelos quais o estado intervém na economia. Seja pelo seu invés de agente exercente da atividade econômica, seja pelo seu viés de agente regulador da atividade econômica, a releitura se faz necessária em face da importância e do espaço que o estado empresário tem ocupado na esfera privada ao tempo que se afasta da esfera pública, seu habitat natural. Para tanto o estudo será realizado sob o enfoque do direito público e do direito privado, perpassando pelo direito administrativo e pelo direito comparado, ressaltando que a dicotomia entre público e privado não se justifica. No plano internacional, objetiva-se traçar estudo comparativo no âmbito da América Latina. Busca-se abordar o tema do estado empresário sob os seguintes aspectos: (i) conceituar “estado empresário”, (ii) definir e/ou identificar os objetivos da intervenção estatal; (iii) as formas assumidas pelo estado empresário; (iv) o controle político vs. controle econômico do estado empresário; (v) os limites constitucionais da intervenção estatal na seara econômica; (vi) relevância do estado empresário em cenário de concorrência internacional, com foco na América Latina; (vii) Instituições pluriestatais; (viii) papel do estado empresário no desenvolvimento econômico e social no contexto latino-americano.

OBJETIVOS:

Como objetivo geral, a disciplina busca apresentar a face empreendedora do estado via Administração Pública Indireta e em consonância com um sistema de livre concorrência. A discussão dos limites constitucionais do estado empresário passa pela análise de bibliografia disponibilizada e recomendada pelo professor. O enfoque comportamental da disciplina acarreta a interdisciplinariedade com as teorias política, filosófica, sociológica e econômica. Como objetivo específico, busca estudar comparativamente a atuação empresarial estatal no âmbito da América Latina.

METODOLOGIA:

As aulas serão ministradas em um total de 15 encontros. Cada encontro terá 3h/aula, totalizando 45h. A primeira aula contará com uma apresentação do programa pelo professor e pela distribuição de competências dos temas a serem abordados pelos alunos no decorrer do curso. As apresentações poderão se dar por meios didáticos alternativos, não sendo necessário que seja somente expositivo, considerando ser a discussão e a apresentação de pontos de vista diversos elemento fundamental para o crescimento e desenvolvimento acadêmico. Casos concretos serão analisados e discutidos em sala também. Seminários e fichamentos são também fundamentais.

AVALIAÇÃO:

A avaliação do aluno se dará pela composição de 3 notas: (i) avaliação presencial e de interação com os colegas nas discussões em sala (2,0), (ii) fichamento e apresentação dos textos em seminário(3,0) e (iii) entrega de artigo científico (5,0) ao final do curso. O artigo científico deverá conter de 15 a 20 páginas e estar em conformidade com a ABNT. Os artigos entregues poderão compor livro a ser publicado com o fim de fazer publicizar as pesquisas realizadas no âmbito do PPGDC.

MÓDULO I – Apresentação da disciplina (1 aula)

MÓDULO II – A Conceituação de estado empresário: o antes e o depois da Consituição de 1988 (3 aulas)

Bibliografia.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. O princípio da subsidiariedade: conceito e evolução. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política*, v.19, p.7-36, abr./jun, 1997.

BARROSO, Luís Roberto. Modalidades de intervenção do Estado na ordem econômica. Regime jurídico das sociedades de economia mista. Inocorrência de abuso de poder econômico. *Revista Trimestral de Direito Público*, n. 18, p. 88-109. São Paulo: Malheiros, 1997.

FORGIONI, Paula A. A evolução do Direito Comercial Brasileiro: da mercancia ao mercado. São Paulo: RT, 2009.

MÓDULO III – Interesse público e Interesse Privado – Interesses conflitantes no âmbito da Administração Pública e o papel do estado empresário para o desenvolvimento econômico e social no contexto latino americano (02 aulas)

Bibliografia.

AVILA, Humberto Bergmann. Repensando o “princípio da supremacia do interesse publico sobre o particular”. SARMENTO, Daniel (Org.) *Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

BARRETO, Julio. *O conflito de interesses entre a companhia e seus administradores*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BORGES, Alice Gonzales. Interesse público: um conceito a determinar. *Revista de Direito Administrativo*, n. 205, p. 109-116. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

JEANNOT, Fernando. La modernizacion del estado empresário em America Latina: hacia una teoria del sector público. Published by Universidad Autonoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco, Division de Ciencias Sociales y Humanidades, 1990.

MORESCO, Celso Luiz. Conceitos jurídicos indeterminados. Revista Trimestral de direito público, n. 14, p.78-95.

SARMENTO, Daniel (Org.) Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio de Supremacia do Interesse Público. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005, p. 117-170.

MÓDULO IV – Estado Empresário Constitucional - a Regulação da intervenção do estado como agente exercente de atividade econômica (2 aulas)

Bibliografia.

ARAGÃO, Alexandre dos Santos. Empresas Estatais: O regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2017.

DALCASTEL, Marcia Bataglin; CHAVES, V.F. Economia, direito e desenvolvimento: análise das participações societárias da BNDESPAR. Argumentum (Vitória), v. 6, p. 166-181-181, 2014.

FIDALGO, Carolina Barros. O Estado Empresário. Das sociedades estatais às sociedades privadas com participação minoritária do Estado. 1ª edição. Rio de Janeiro. Almedina, 2017.

LECHNER, Norbert. Estado, mercado e desenvolvimento na América Latina. Lua Nova [online]. 1993, n.28-29, pp.237-248. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100011>.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. As contratações estratégicas das estatais que competem no mercado. In OSÓRIO, Fábio Medina e VILLELA SOUTO, Marcos Juruena. Direito Administrativo: Estudos em homenagem a Diogo de Figueiredo Moreira Neto. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p.575-604.

MENDONÇA, José Vicente Santos de. Direito Constitucional Econômico. 1ª edição. Belo Horizonte. Fórum, 2014.

PINTO JUNIOR, Mario Engler. Empresa Estatal. Função econômica e dilemas societários. 1ª edição. São Paulo. Atlas, 2010.

MÓDULO V – A constitucionalidade da intervenção estatal no âmbito da exploração da atividade econômica (3 aulas)

Bibliografia.

COELHO, Felipe Canuto. O Estado liberal: entre o liberalismo econômico e a necessidade de regulação jurídica. [on line]. *Revista Jurídica UNIGRAN*. Dourados, v. 08, nº 15, p. 179-190, jan./jun. 2006. Disponível em <http://www.unigran.br/revistas/juridica/ed_anteriores/15/artigos/09.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2014.

DALCASTEL, Marcia Bataglin; CHAVES, V.F . Intervenção do estado na economia: reflexões sobre as participações societárias da BNDESPAR. DIREITO E ECONOMIA I. 1ed. FLORIANÓPOLIS: CONPEDI, 2014, v. , p. 313-341.

LAZZARINI, Sergio G.; MUSACCHIO, Aldo. Leviathan as a Minority Shareholder: A Study of Equity Purchases by the Brazilian National Development Bank (BNDES), 1995-2003. *Harvard Business School BGIE Unit Working Paper* n. 11-073, jan. 2011. [on line]. Disponível em: <<http://www.dx.doi.org/10.2139/ssrn.1745081>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

SCHAPIRO, Mario Gomes. Repensando a Relação entre Estado, Direito e Desenvolvimento: os limites do paradigma *Rule of Law* e a relevância das alternativas institucionais. [on line]. *Revista Direito GV*, nº 11, p. 213-252, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.direitogv.fgv.br/sites/direitogv.fgv.br/files/11_1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MÓDULO VI – Meios de intervenção do estado na economia como agente exercente de atividade econômica (3 aulas)

Bibliografia.

ARAGÃO, Alexandre dos Santos. Empresas Estatais: O regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2017.

BELINI, Claudio y ROUGIER Marcelo. El Estado empresario en la industria argentina. Conformación y crisis. Pablo J. López. Buenos Aires, Cuadernos Argentina Manantial, 2008.

FIGUEIRA, Janahim Dias. AS “GOLDEN SHARE” – O ESTADO COMO AGENTE DECISOR. *Revista FMU Direito*. São Paulo, ano 23, n. 32, p.38-45, 2009.

LAZZARINI, Sergio G.; MUSACCHIO, Aldo. Reinventando o capitalismo de estado. Companhia das letras: São Paulo: 2015.

PELA, Juliana Krueger. Origem e desenvolvimento das *golden shares*. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo* v. 103 p. 187 - 238 jan./dez. 2008.

SCHAPIRO, Mario Gomes. Novos Parâmetros para a Intervenção do Estado na Economia: persistência e dinâmica na atuação do BNDES em uma economia baseada no conhecimento. 2009. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MÓDULO VII – Fianalização das atividades. (1 aula)

<p>Obs: A bibliografia ora apresentada serve apenas como elemento norteador dos temas propostos. Poderá sofrer alterações no decorrer do curso, podendo ser ampliada e até mesmo substituída, a critério do professor.</p>
